

EAE0420 – Formação Econômica e Social
do Brasil II

O legado do Império e a proclamação
da República

Prof. Dr. Guilherme Grandi

Crítica à visão contemporânea dos cronistas

- Relato/testemunho histórico.
- Interpretações superficiais construídas por meio de depoimentos.
- História factual baseada em documentos testemunhais.
- Destaque aos personagens da cena política.
- Visão passional/viesada/tendenciosa.
- Ausência de distanciamento histórico/carência de uma análise objetiva dos acontecimentos.
- Duas versões contraditórias: monarquista e republicana.

A geração de 1930 e o movimento de 1889

- Desenvolvimento dos estudos de história econômica.
- Novas bases para uma análise mais objetiva dos fatos a partir de uma nova problemática e de novas fontes de informação.
- A queda da Monarquia passa a ser explicada pela inadequação institucional do país diante de um conjunto de transformações sociais e de mudanças de caráter estrutural da economia.

Novo olhar I: Caio Prado Jr.

“... o regime monárquico revelando-se incapaz de resolver os problemas nacionais a contento, a começar pela emancipação dos escravos, de cuja solução dependia o desenvolvimento da nação, perdera prestígio sendo derrubado por uma passeata militar.”

Novo olhar II: Nelson W. Sodré

“A proclamação da República é o resultado portanto de profundas transformações que se vinham operando no país. A decadência das oligarquias tradicionais, ligadas à terra, a abolição, a imigração, o processo de industrialização e urbanização, o antagonismo entre zonas produtoras, a campanha pela federação contribuíram para minar o edifício monárquico e para deflagrar a subversão. Os setores mais progressistas, eliminando o trabalho escravo, esposando relações capitalistas de produção, ansiando por reformas, opunham-se aos setores estacionários e retrógados que apoiavam a Monarquia e eram apoiados por ela. Interessados em monopolizar o aparelho do Estado, os grupos progressistas deram acolhida às ideias mais avançadas: a abolição, reforma eleitoral, federação e finalmente República. Ao lado do núcleo progressista das classes rurais, colocaram-se as classes médias, desejosas de participação política, igualmente favoráveis a mudança de regime. A República resultou, assim, da aliança entre grupos ativos da classe média e representantes do setor mais dinâmico da classe senhorial.”

Em suma:

O movimento de 1889 resultou da inadequação do quadro institucional à nova realidade econômica e social que vinha se delineando desde 1870.

Nesse sentido, é preciso entender as mudanças que se processaram na sociedade e que levaram à solução revolucionária e ao golpe.

Reparos às versões tradicionais: Abolição e República

- A primeira não é causa da segunda.
- Ambas são sintomas de uma mesma realidade.
- São repercussões, no nível institucional, de mudanças ocorridas na estrutura econômica do país.
- No máximo, pode-se dizer que a abolição precipitou a queda da Monarquia.

Abolição

- Afetou os setores menos dinâmicos do país, como os fazendeiros das áreas decadentes (Rio de Janeiro e Vale do Paraíba paulista) que se viam impossibilitados de evoluir para as novas formas de produção.
- Os setores mais progressistas (fazendeiros do Oeste Paulista) vinham se preparando desde meados dos anos 1880 para a utilização do trabalho livre imigrante.

População total e estrangeira

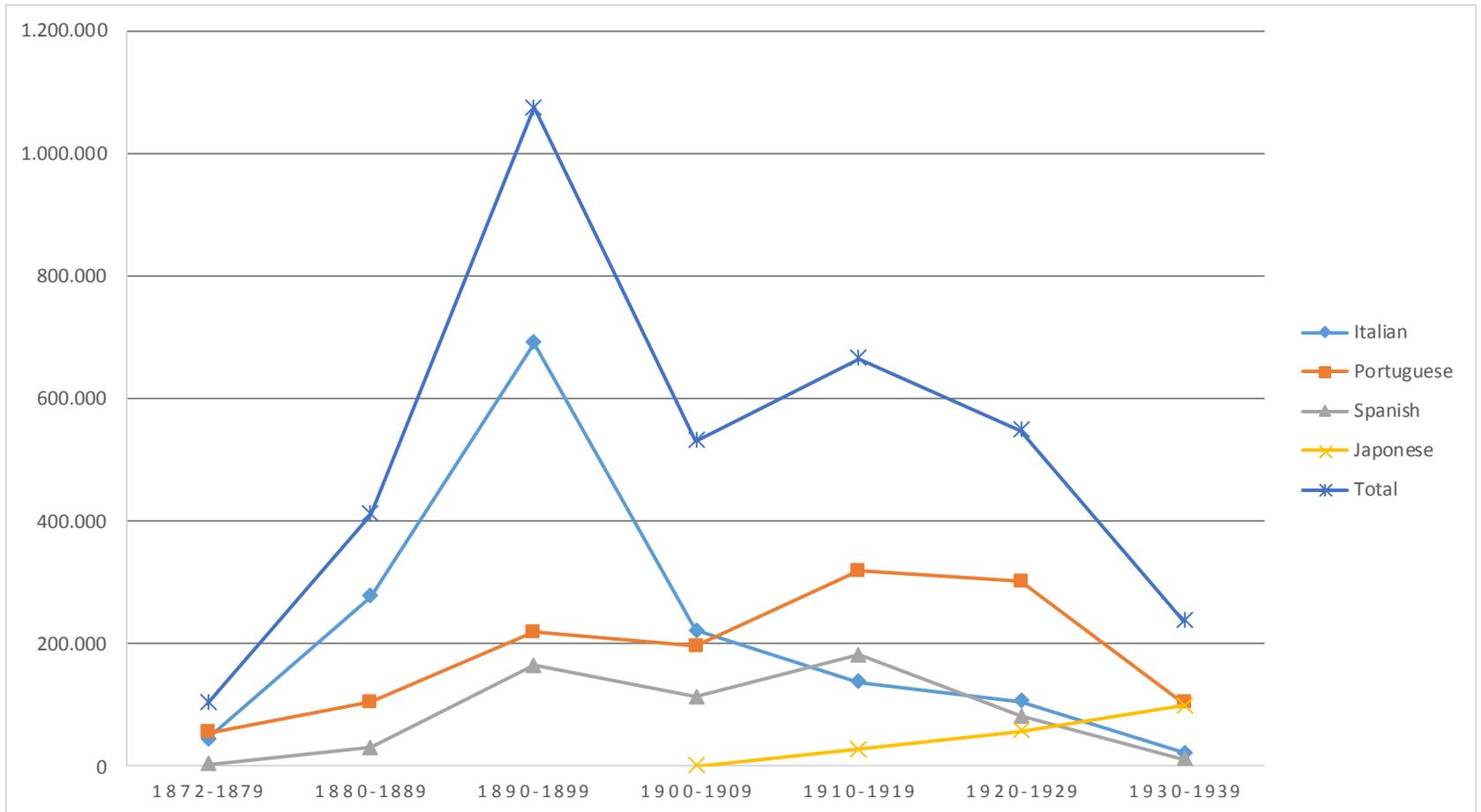
Censo	A. População total	B. População estrangeira	B/A
	(1.000 habitantes)	(1.000 habitantes)	
1972	10112	383	3,8%
1890	14334	714	5,0%
1900	17436	1279	7,3%
1920	27500	1590	5,8%

Brasil e SP: número de imigrantes

Período	Brasil	SP	SP/Brasil (%)
1884/1887	145.880	53.023	36,3
1888/1890	304.054	157.781	51,9
1891/1900	1.129.315	733.335	64,9
1901/1920	1.469.095	857.149	58,3

Fonte: Villela e Suzigan, 1973, p. 269.

Entradas dos principais grupos de imigrantes no Estado de SP



Partido Republicano e o papel do exército

- Embora pequeno o n. de inscritos nos quadros do Partido, não se pode desprezar a quantidade daqueles que simpatizavam com a causa republicana.
- Semelhante à bandeira da emancipação durante o período pré-Independência (negação do estatuto/pacto colonial). “*A República sempre fora uma aspiração nacional, desde os tempos da colônia.*”
- A ideia de que aos militares cabia a salvação da pátria se generalizou no âmbito do exército a partir da Guerra do Paraguai.
- Influência do pensamento positivista nos meios militares.

Movimento/ideal republicano

- Interesses identificados com as classes médias urbanas: transformação das instituições jurídicas e políticas.
- Visava instituir a igualdade jurídica e a possibilidade de representação política das classes médias (impossibilitada pelo regime eleitoral censitário que vigorou durante o Império).

A “questão militar” e a solução federativa

- A primeira resultou da crescente divergência entre os militares do Exército e o poder imperial.
- Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto defendiam a instituição de um Poder Executivo forte e centralizado.
- A primeira Constituição republicana (1891) foi uma pá de cal nas aspirações dos militares:
 - estrutura federalista de cunho liberal, inspirada no modelo norte-americano;
 - dotou de autonomia administrativa as antigas províncias (denominadas agora como estados);
 - definiu o presidencialismo como o sistema político de representação da República Federativa do Brasil.

A Primeira Constituição Republicana (1891)

- Para Rui Barbosa, era preciso da uma forma constitucional ao país para garantir o reconhecimento da República e a obtenção de crédito no exterior.
- A Constituição foi promulgada pela Assembleia Constituinte em 24 de fevereiro de 1891.
- Instituiu o Estado laico, consagrou a República federativa liberal e estabeleceu a tripartição do poder.
- Sistema do voto direto e “universal”: eram considerados eleitores os homens maiores de 21 anos, exceto analfabetos, mendigos e praças militares.

O ciclo militar do início da República

- Eleito indiretamente pela Assembleia Constituinte em fevereiro de 1891, o primeiro Presidente da República, marechal Deodoro da Fonseca, renunciou, em novembro, após fechar o Congresso e propor a revisão da Constituição.
- O vice, marechal Floriano Peixoto, baixou o tom e propôs um acordo com a elite política de SP.
- Em 1894, Floriano foi sucedido na presidência pelo paulista Prudente de Moraes.

A singularidade dos fazendeiros do Oeste Paulista

- Preponderavam nos quadros do PRP.
- Com a República, esperam controlar o poder de maneira mais eficaz.

“Representavam a zona pioneira que se convertera na região mais rica do país, cujo desenvolvimento econômico favorecia o espírito de empresa, propiciando as inovações e as experiências e facilitando a adesão às ideias novas. O fazendeiro desta área, distinguia-se pelo espírito progressista: procurava aperfeiçoar os métodos de beneficiamento do café, tentava substituir o escravo pelo imigrante, subscrevia capitais para ampliação da rede ferroviária e para a criação de organismos de crédito. Era um pioneiro, ativo e empreendedor.”

Política econômica nos anos 1890: o encilhamento

- Outra herança monárquica, segundo Rui Barbosa: a crise do encilhamento.
- Processo especulativo ocorrido na Bolsa de Valores do RJ em decorrência das excessivas emissões bancárias de notas inconvertíveis e lastreadas em títulos públicos (Lei bancária de 17 de janeiro de 1890).
- A consequência mais evidente, além do crédito farto, do surgimento de empresas fictícias e da alta inflacionária, foi a brusca desvalorização cambial de 1891.

Política econômica nos anos 1890: o encilhamento

“Em setembro de 1890, o papel-moeda emitido já havia crescido cerca de 40% em relação ao estoque em 17 de janeiro” (Franco, 2014, p. 39).

- Em setembro desse ano, o papel-moeda emitido atingiu o valor de 289 mil contos de réis e, em junho de 1891, este valor chegou a 535 mil contos, um crescimento de cerca de 80%.
- Foi só em meio a revolta da Armada, no RJ em 1893, que a especulação na Bolsa encontrou o seu desfecho final.

Taxas de variações anuais (%)

Ano	Papel-moeda em poder do público	Depósitos à vista	Meios de pagamento	Base monetária
1889	-34,1	34,7	-12,2	-1,6
1890	51,3	199,6	123,7	50,3
1891	90,9	68,0	75,9	66,4
1892	24,6	-48,3	-21,0	11,0
1893	14,1	-14,0	2,6	13,3
1894	-1,7	20,7	6,0	10,4
1895	3,0	1,3	2,3	-5,7
1896	6,4	-12,6	-0,9	7,5
1897	0,5	49,6	17,2	6,0
1898	7,2	-14,7	-2,4	2,7
1899	-2,3	-7,6	-4,3	-5,4
1900	-2,4	-34,1	-14,2	-4,2

Fonte: Abreu et al. 2014, Anexo estatístico.

Política econômica nos anos 1890

“..., a depreciação cambial assume dimensões de crise em fins de 1891, quando a taxa cai de aproximadamente 24 pence por mil-réis em fins de 1890 para 12 pence por mil-réis no final de 1891. Em função disso, se observa uma significativa desvalorização real da taxa de câmbio, o que certamente teve papel importante em reduzir o déficit em conta corrente de uma média anual de £1,3 milhões em 1888-1891 para uma média anual em torno de £110 mil em 1892-1894.” (Franco, 2014, p. 32)

Política econômica nos anos 1890: as crises cambiais de 1891 e 1898

- A taxa de câmbio se manteve excessivamente desvalorizada até o final de 1895, quando houve uma quebra na tendência ascendente da capacidade para importar.
- Piora dos termos de troca vinculada ao colapso dos preços do café.
- Boom cafeeiro motivado pelo câmbio excessivamente depreciado.
- Em 1895-96, o aumento do déficit em conta corrente inaugura um período crítico para as contas externas brasileiras.
- A razão serviço da dívida/exportações chegou a 21% em 1896-97. Aliado ao estancamento dos fluxos de capitais para o país, observa-se uma nova crise cambial em 1898-1900.

Situação externa (US\$10⁶)

Ano	Balança comercial	Saldo em conta corrente	Conta capital e financeira	Dívida externa consolidada
1889	22,2	-4,1	60,2	151,2
1890	11,5	-8,7	26,7	150,2
1891	7,6	-8,0	3,0	148,6
1892	22,1	-0,2	13,8	146,7
1893	28,1	2,2	13,9	162,7
1894	16,3	-4,3	3,5	160,0
1895	16,4	-11,2	36,4	193,5
1896	2,2	-24,4	24,5	195,4
1897	14,1	-11,3	11,7	196,6
1898	7,1	-18,0	28,6	195,9
1899	14,5	-10,5	39,2	204,2
1900	57,1	30,0	36,7	214,7

Fonte: Abreu et al. 2014, Anexo estatístico.

O primeiro governo civil do período republicano

- Instalado em fins de 1894, Prudente de Moraes (presidente) e Rodrigues Alves (ministro da Fazenda) buscaram estabelecer um acordo financeiro com os Rothschild visando prover recursos para o serviço da dívida e evitar pressões sobre a taxa de câmbio.
- Alguns empréstimos foram feitos, mas rapidamente consumidos.

O primeiro *funding loan*

- Pelo acordo de junho de 1898 estabelecido entre o governo brasileiro e a Casa Rothschild, o Brasil suspendeu as amortizações da dívida externa por 13 anos, enquanto os juros desta dívida se constituíam em um novo empréstimo, paulatinamente sacados durante três anos junto aos credores à medida em que o país necessitasse fazer os pagamentos e, deste modo, consolidou-se os juros de diversos empréstimos contraídos anteriores.
- Como condicionalidade prevista no acordo, o presidente Campos Sales e o ministro Murinho aceitaram aprofundar a ortodoxia da política econômica interna, passando a política monetária a ser fortemente contracionista e adotando um “programa de saneamento econômico”.